



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 2ª Câmara de Julgamento

RESOLUÇÃO Nº: 654 /2013

169ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 04.09.2013

PROCESSO Nº 1/2044/2009 – AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/200903389

RECORRENTE: NELSON WENDT E CIA LTDA E CÉLULA DE JULGAMENTO
DE 1ª INSTÂNCIA

RECORRIDO: AMBOS

AUTUANTES: MARIA EDINIR DA SILVA

RELATOR: CONS. RAFAEL GONÇALVES ZIDAN

EMENTA: ICMS – OMISSÃO DE ENTRADAS. 1 – Receber mercadorias sem documento fiscal. 2 – Infração constatada mediante levantamento de quantitativo de estoque de mercadorias, relativamente às operações do exercício de 2006. 3 – Auto de Infração julgado **PARCIAL PROCEDENTE**. 4 – Infringência ao artigo 139 do Dec. nº. 24.569/97, com penalidade prevista no art. 123, inciso III, alínea "a" da Lei nº. 12.670/96, alterada pela Lei nº. 13.418/03. 5 – Alterada a decisão parcialmente condenatória de primeira instância. 6 – Recursos oficial e voluntário conhecidos e não providos. 7 – Decisão unânime, em conformidade com o Parecer da Consultoria Tributária referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

01 – RELATÓRIO

A peça inicial imputa à empresa em epígrafe o cometimento de infração à legislação tributária estadual, conforme relato transcrito a seguir:

"AQUISICÃO DE MERCADORIAS SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAL – OMISSÃO DE ENTRADAS. ATRAVÉS DE LEVANTAMENTO EFETUADO NOS DOCUMENTOS APRESENTADOS PELA EMPRESA: NOTAS FISCAIS DE ENTRADA, SAÍDA E REG



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 2ª Câmara de Julgamento

DE INVENTÁRIO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2006, CONSTATAMOS UMA OMISSÃO DE ENTRADAS DE MERCADORIAS NO MONTANTE DE R\$ 430.990,98_(PLANILHA ANEXA).

Foi apontada infringência ao artigo 139 do Dec. nº 24.569/97, com imposição da penalidade prevista no Art. 123, III, "a" da Lei nº. 12.670/96, modificado pela Lei 13.418/03.

Demonstrativo do Crédito Tributário (R\$)	
Base de Cálculo	430.990,98
ICMS	-
MULTA	129.297,29
TOTAL	129.297,29

Nas informações Complementares o autuante explica que o ilícito fiscal foi constatado mediante auditoria fiscal ampla, no exercício de 2006, após análise nos documentos, efetuaram levantamento quantitativo de entradas e saídas dos produtos e o saldo informado no inventário inicial e final e verificaram uma diferença na aquisição de mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal.

A empresa autuada apresentou impugnação ao feito fiscal (fls. 81), arguindo o seguinte:

- 1 – Que a empresa, ao analisar as planilhas anexas ao auto de infração, verificou que não constavam 21.718 fardos de arroz referentes a diversas notas fiscais.
- 2 – Que o Fisco autuou o contribuinte por um fato inexistente. E pede pela improcedência do auto de infração.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 2ª Câmara de Julgamento

3 - Quanto ao mérito pede que seja o processo baixado em diligência para que seja examinado pela perícia o suposto erro apontado pela impugnante, qual seja, a incorreta lavratura do auto de infração baseada no fato de que os acréscimos existentes na LEITURA "Z" da impugnante já se encontravam contabilizados no total das vendas sob o qual já teria sido pago o ICMS devido. Para isso apresenta cópias de todas as "REDUÇÕES Z" correspondentes ao período fiscalizado (DOC 007).

4 - Que o fato narrado pela fiscalização não se subsumi à lei, uma vez que não existe a previsão do fato gerador apontado no auto de infração. Que o fato gerador foi presumido pelo autuante.

5 - Pede a nulidade, a improcedência ou a perícia nos termos ante expostos.

A Julgadora de 1ª Instância pede perícia (fls. 108) com o fim de averiguar os possíveis equívocos afirmados pela impugnante.

A perícia, em Laudo Pericial lavrado em 15 de outubro de 2012 (fls. 109), calcula nova base de cálculo após a análise dos autos de acordo com as informações da impugnante. A nova base de cálculo encontrada tem o valor de R\$ 333,013,62.

No julgamento de 1ª Instância (fls. 173) decidiu-se pela PARCIAL PROCEDÊNCIA da ação fiscal, nos termos do Laudo Pericial, com a base de cálculo nele informada e com multa recalculada no valor de R\$ 99.904,08.

Em Recurso Voluntário, a recorrente informa que 7.390 fardos de arroz, no valor de R\$ 172.403,85, não foram considerados pelo autuante nem pelo perito. Que não foram deduzidos de seu estoque inicial 20.498 fardos de arroz que estavam em trânsito à época da lavratura do auto de infração. Diante dos fatos narrados, a recorrente solicitou que se fossem feitas as devidas alterações.

A Consultoria Tributária (fls. 185), solicita perícia para que fossem analisadas as informações da recorrente acerca dos fatos.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 2ª Câmara de Julgamento

Em novo Laudo Pericial (fls. 186), o perito chega ao valor da base de cálculo de R\$ 226.040,82.

A Consultoria Tributária, em seu Parecer (fls. 241) opina pela parcial procedência do auto de infração, de forma diversa da decisão singular.

A Douta Procuradoria Geral do Estado adota o Parecer da Consultoria Tributária.

É o Relato.

02 – VOTO DO RELATOR

Assevera a peça inaugural dos presentes autos, que a recorrente incorreu no ilícito fiscal omissão de entradas, fato detectado por ocasião de procedimento fiscal empreendido junto a autuada, mediante a utilização do Sistema de Levantamento de Estoque – SLE.

Ou seja, uma vez que a fiscalização encontrou uma diferença dos valores referentes às operações do exercício de 2006 nas entradas de mercadorias, lavrou-se o auto de infração obedecendo ao disposto no art. 139 do Regulamento do ICMS (Decreto 24.569/97) que discorre sobre o tema, verbis:

Art. 139. Sempre que for obrigatória a emissão de documento fiscal, o destinatário da mercadoria ou bem e o usuário do serviço são obrigados a exigir tal documento daquele que deva emití-lo, contendo todos os requisitos legais.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 2ª Câmara de Julgamento

Todo contribuinte deve exigir a documentação daquele com quem realiza operações ou prestações sujeitas ao ICMS, sob pena de se responsabilizar pela sua ausência.

Para chegar aos valores a serem cobrados da recorrente, a fiscalização efetuou o levantamento do quantitativo de estoque de mercadoria. Esse procedimento leva em consideração as mercadorias existentes no estoque inicial e final, confrontando esses valores com os valores das entradas e saídas de mercadorias. Desta feita, pode-se comprovar que os valores das mercadorias existentes no estoque final do contribuinte seja encontrado somando os valores das entradas de mercadorias com os valores do estoque inicial do período subtraindo os valores das saídas de mercadorias.

Percebo que foram observados os direitos de ampla defesa e contraditório da recorrente, refazendo os cálculos do levantamento do quantitativo de mercadorias à luz das afirmações da recorrente nas duas oportunidades em que alegou a existência de equívocos nos levantamentos realizados, tanto pelo autuante quanto pelo perito.

Diante do exposto, dúvida não há quanto à caracterização do ilícito denunciado, devendo ser aplicada a penalidade inserta no art. 123, inciso III alínea "a" da Lei nº. 12.670/96, por infringência ao art. 139 do Dec. nº. 24.569/97, que impõe aos contribuintes do ICMS a obrigatoriedade do destinatário de mercadorias desacompanhadas de documento fiscal de sua exigência.

Pelas razões expedidas, **VOTO** pelo conhecimento dos recursos voluntário e de ofício, negando-lhes provimento, decidindo pela PARCIAL PROCEDÊNCIA da acusação fiscal nos termos do 2º Laudo Pericial, alterando em parte o julgamento singular, nos termos do Parecer da Consultoria Tributária, consoante manifestação do representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

É como voto.

Demonstrativo do Crédito Tributário (R\$)	
Base de Cálculo	226.040,82
ICMS	-
MULTA	67.812,25
TOTAL	67.812,25




SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 2ª Câmara de Julgamento

03 - DECISÃO


Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que são Recorrentes **NELSON WENDT E CIA LTDA E CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** e Recorrido ambos.

Decisão: "A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos Oficial e Voluntário, negar-lhes provimento, para decidir pela parcial procedência da acusação fiscal, mas por fundamentação diversa a do julgamento singular, nos termos do voto do Conselheiro relator e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria geral do Estado."

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE REC. TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 23 de Setembro de 2013. outubro


Valter Barbalho Lima
PRESIDENTE


Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO


Lúcia de Fátima Galou de Araújo
CONSELHEIRA

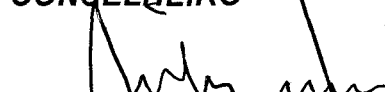

Cícero Roger Macedo Gonçalves
CONSELHEIRO


Maria Lucineide Serpa Gomes
CONSELHEIRA


Filipe Pinho da Costa Leitão
CONSELHEIRO


Rafael Gonçalves Zidan
CONSELHEIRO


Agatha Louise Borges Macedo
CONSELHEIRA


Abílio Francisco de Lima
CONSELHEIRO


Samuel Aragão Silva
CONSELHEIRO